

V. 03, N.18 Nov./Dez. 2022

II SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ERGOLOGIA: Atividades em defesa da vida

## VIDA E TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DOS EFEITOS DA EC 95/2016

### LIFE AND WORK IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION FROM THE EFFECTS OF EC 95/2016

### LA VIDA Y EL TRABAJO EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA A PARTIR DE LOS EFECTOS DE LA CE 95/2016

**Teresinha Rosa de Mescouto**

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá  
ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-7245-3138>

**Glauco cleber batista Pinheiro**

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá  
ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-9956-576X>

**Resumo:** Este artigo pretende construir um caminho de reflexão acerca do trabalho como atividade da vida social e princípio educativo a partir dos referenciais teóricos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), da Ergologia e da Análise do Discurso (AD) que busca analisar em que medida o posicionamento discursivo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (CONIF) sobre os efeitos da implementação da Emenda Constitucional 95/2016 revela indícios de aceitação ou discussão da norma da política educacional na rede federal, principalmente na perspectiva de (re)pensar a vida e o trabalho na educação profissional. Como metodologia de pesquisa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base em Frigotto, Ciavatta, Ramos, Schwartz e Maingueneau e uma análise documental no site do CONIF, utilizando como material de análise as notas públicas elaboradas pelo CONIF no interstício de 2016 a 2022. Identificou-se que as notas públicas do CONIF revelam ações de informação, reflexão, denúncia e mobilização, além de possuírem um valor documental, político e social significativo para o debate de normas no campo da política educacional brasileira.

**Palavras-chave:** Vida e Trabalho. Educação Profissional. Ergologia.

**Abstract:** This present study intend to build a way of reflection that concerns to the work as an activity of social life and educational principle from the theoretical references of Vocational and Technological Education (EPT), Ergology and Discourse Analysis (AD) which seeks to analyze to what extent the discursive positioning of the National Council of Institutions of the Federal Network of Scientific and Technological Professional Education (CONIF) on the effects of the implementation of Constitutional Amendment 95/2016 reveals evidence of acceptance or discussion of

the norm of educational policy in the federal network, mainly from the perspective of (re)thinking life and work in professional education. As a research methodology, a bibliographic research was carried out based on Frigotto, Ciavatta, Ramos, Schwartz and Maingueneau and a document analysis on the CONIF website, using the public notes prepared by CONIF in the interstice from 2016 to 2022 as material for analysis. CONIF's public notes reveal information, reflection, denunciation and mobilization actions, in addition to having a significant documentary, political and social value for the debate of norms in the field of Brazilian educational policy.

**Keywords:** Life and Work. Professional education. Ergology.

**Resumen:** Este artículo pretende construir un camino de reflexión acerca del trabajo como actividad de la vida social y principio educativo a partir de los referenciales teóricos de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), de la Ergología y del Análisis del Discurso (AD) que busca analizar en qué medida el posicionamiento discursivo del Consejo Nacional de las Instituciones de la Red Federal de Educación Profesional Científica y Tecnológica (CONIF) sobre los efectos de la implementación de la Enmienda Constitucional 95/2016 revela indicios de aceptación o discusión de la norma de la política educacional en la red federal, principalmente en la perspectiva de (re)pensar la vida y el trabajo en la educación profesional. Como metodología de trabajo se realizó una investigación bibliográfica basada en Frigotto, Ciavatta, Ramos, Schwartz y Maingueneau, y un análisis documental en la página web del CONIF, utilizando como material de análisis las notas públicas elaboradas por el CONIF en el intersticio de 2016 a 2022. Se identificó que las notas públicas de CONIF revelan acciones de información, reflexión, denuncia y movilización, además de poseer un importante valor documental, político y social significativo para el debate de las normas en el campo de la política educacional brasileña.

**Palabras-clave:** Vida y Trabajo. Educación Profesional. Ergología.

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa pretendemos relacionar vida e trabalho a partir das bases conceituais que sustentam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e dos estudos ergológicos, tomando como referências Frigotto, Ciavatta e Ramos no campo da EPT, Schwartz no campo da ergologia e Maingueneau no campo da Análise do Discurso (AD), investigando o posicionamento discursivo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) frente aos impactos gerados pela nova regulamentação na educação, a partir da implementação da Emenda Constitucional 95 instituída no Brasil em 2016.

O percurso discursivo que iremos seguir nos permite primeiro estabelecer conexões entre as compreensões sobre vida e trabalho defendidos pela EPT e pelos estudos ergológicos; segundo, contextualizar o processo de implementação da Emenda Constitucional 95; terceiro, situar a relação entre linguagem e trabalho tomando como base os referenciais da AD, utilizando principalmente os conceitos de prática discursiva e interdiscurso; quarto, apresentar os documentos e textos selecionados para a análise, como as notas elaboradas pelo CONIF; quinto, analisar em que medida o posicionamento discursivo do CONIF sobre os efeitos da implementação da Emenda Constitucional 95/2016 revelam indícios de possíveis movimentos de aceitação ou discussão da norma ou de atitudes que conduzem para um processo de renormalização da política educacional na rede federal, principalmente na perspectiva de (re)pensar a vida e o trabalho na educação profissional; e, por fim, destacar as considerações relevantes sobre a análise empreendida.

## **VIDA E TRABALHO NA EPT E NA ERGOLOGIA**

O trabalho, enquanto conceito capitalista, atrelado a uma lógica de mercado pode ser diretamente vinculado a uma atividade produtiva, que pode ser mais ou menos qualificada e mais ou menos remunerada e assistida de direitos. Essa construção é responsável por grande parte do movimento de uma economia e é também refletida em grande parte, nas sucessivas crises do sistema capitalista, principalmente ligadas ao desemprego, subemprego, ausência de direitos trabalhistas, entre outros.

Para essa conotação de trabalho, está ligada uma formação técnica, profissionalizante, instrucional, que muitas vezes forma de maneira apressada, de acordo com a demanda do mercado, profissionais que não conseguem ir além de suas demandas laborais.

Outra perspectiva do trabalho é ele em sua função ontológica. Como parte fundamental da construção e sociabilidade humana. É um trabalho entendido a partir da própria existência. Esse entendimento nos permite ampliar o olhar sobre o trabalho para além da atividade produtiva instruída e remunerada, considerando outras práticas socioculturais, inclusive compreendendo o trabalho como princípio educativo. Essa concepção completa o sentido lato de educação, pois quando se assume o trabalho como princípio educativo, trabalho e educação se vinculam como ação humanizadora. Como nos afirma Marx, (1983) “o trabalho é mecanismo de produção de vida, nos aspectos materiais e culturais, tal qual o conhecimento, a criação material e simbólica das múltiplas formas de sociabilidade, portanto, educação”.

O trabalho na política educacional do Brasil sempre revelou a disputa de poder entre modelos societários, marcado por uma latente dualidade, nunca havia sido contemplado a partir de uma perspectiva ontológica, pois ao longo de sua história, a educação profissional assumiu um papel mais assistencialista que instrucional, ou puramente instrucional.

Realidade que começa a ser mudada a partir da organização e implementação de uma política educacional pensada de forma integrada que resulta na EPT - Educação Profissional e Tecnológica. A EPT começa a ser cunhada a partir de um processo que considera, assim como a cultura e a ciência, o trabalho como princípio norteador de um processo educativo, trazendo a luz entre outros o conceito de politecnia, que para Ramos (2007)

Não significa o que se poderia sugerir a sua etimologia, a saber, o ensino de muitas técnicas, significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas (RAMOS, 2007 p. 4).

A Educação Profissional e Tecnológica nos mostra caminhos que vão muito além da simples formação técnica, que perpassa pela formação geral, mas é ampliada e relacionada à Educação Profissional, na medida

em que tais especificações se fazem necessárias no mundo contemporâneo. A EPT propõe inúmeras conexões dos estudantes com o mundo do trabalho e suas relações com a vida. Compreendendo o trabalho como um princípio educativo, forma a partir dele, com ele e para ele (PINHEIRO; CARDOSO, 2021 p. 5)

A EPT traz ainda em suas bases o conceito de integração que para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), antes de tudo, precisa ser compreendido como um princípio. “O horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos, das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas, propondo que o ensino médio não forme técnicos especializados e sim politécnicos” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 35).

Neste sentido, a EPT se mostra para além de uma modalidade educativa, assume contornos de uma concepção educacional onde a vida e o trabalho estão, intrinsecamente, ligados à formação. Não se forma um trabalhador sujeito de sua história sem considerar seu contexto, suas construções e relações sociais e principalmente seu trabalho. É a partir de um currículo integrado, de novas práticas, tempos, espaços e sujeitos reconhecidos que se propõe uma formação politécnica rompendo com a fragmentação, que historicamente ocupa o currículo brasileiro.

Adentrando na seara da ergologia, campo de conhecimento surgido na década 90 na Europa após contexto de mudanças dos modelos de organização das relações de e no trabalho, preconizado por Yves Schwartz, buscamos, a partir daqui, estabelecer aproximações com os conceitos de trabalhos adotados pela EPT.

No campo da ergologia, as compreensões sobre trabalho passam necessariamente por entender trabalho como uma atividade complexa e correlacionada às atividades humanas desenvolvidas para a manutenção tanto da vida individual como da vida coletiva, pois é considerado como

Impulso de vida e de saúde, sem limite predefinido, que sintetiza, atravessa e liga tudo o que as disciplinas têm representado separadamente: o corpo e o espírito; o individual e o coletivo; o fazer e os valores; o privado e o profissional; o imposto e o desejado, etc." (SCHWARTZ, 2010, p. 19).

Neste aspecto, a noção ontológica sobre o trabalho, resgatada pela EPT aproxima-se da primeira abordagem defendida por Schwartz, o qual percebe a plenitude do trabalho, independentemente de seu contexto de realização, natureza, vinculação e objetivo, uma vez que o considera "pleno, independente do fato de ser assalariado, formal ou informal, doméstico ou mercantil". Mas esta plenitude não é automática, ao contrário, é resultante de um conjunto de ações que envolve, necessariamente, o sujeito trabalhador no processo organizativo e produtivo do trabalho.

Essa busca pela plenitude, na ergologia, é tomada como o ponto de partida para refletirmos as atividades humanas articuladas aos conceitos de trabalho abstrato e trabalho real, atividade industriosa, atividade laboral, trabalho individual e trabalho coletivo, entidades coletivas, norma e renormalização, uso de si e do corpo-si e ergoengajamento. Para este trabalho nos deteremos em elucidar os conceitos de norma e renormalização, a fim de compreendermos se as reações do CONIF às normas da EC 95/2016 propõe um movimento de renormalização junto a coletividade que representa, ou seja, os sujeitos que atuam na EPT.

Segundo Schwartz (1997), os conceitos de normalização e renormalização surgem da tentativa de compreender como vivem e o que fazem as pessoas a fim de melhorar suas condições de trabalho. Quando os sujeitos em seu local de trabalho e na sua atividade laboral não conseguem debater as normas que sustentam e orientam as atividades desenvolvidas, as chances de adoecimento e descontentamento com a atividade laboral tendem a ser maiores, dessa forma, espera-se que em todos os processos de desenvolvimento do trabalho, o indivíduo e a coletividade estejam em um movimento constante de (re)debate e (re)trabalho buscando uma norma

que corresponda às suas necessidades e expectativas enquanto trabalhadores.

Na educação brasileira nota-se um movimento constante, principalmente dos sujeitos e instituições que têm contribuído para a consolidação de uma política voltada para a Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, nos cabe refletir para qual direção esses movimentos têm nos conduzido e em que condições os sujeitos têm se movimentado, sobretudo a partir das mudanças de rumo que o Brasil tomou com o Golpe Institucional de 2016.

7

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA EC 95/16**

Os governos com características mais progressistas que governaram o Brasil de 2002 a 2016 conseguiram consideráveis avanços no que diz respeito ao direito à educação. Com a implantação de políticas educacionais que considera a diversidade social do país e reconhece uma dívida histórica com as minorias em particular pobres, negros e indígenas, a escola foi repaginada a partir de uma diversidade curricular, de proposta integrada de currículo, de possibilidades de gestão democrática, de participação social, de acesso e de permanência.

Como uma dessas políticas de inclusão social a partir da educação, podemos citar a Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Nacional de Educação Científica e Tecnológica, transformando os antigos Centros Federais de Educação Técnica – CEFET, e algumas Escolas Agrotécnicas Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa política amplia o atendimento e leva aos mais distantes rincões do Brasil uma educação básica, técnica e tecnológica pautada não mais na fragmentação da formação, mas em uma educação que se propõe integrada, que deixa de ser simplesmente profissional para ser profissional e tecnológica, ou seja, politécnica.

Mas a partir de 2015, percebe-se um movimento de regressão nas políticas sociais brasileiras, quando se mostra visível um movimento político, midiático, empresarial que desconsiderando alguns avanços e valendo-se de questões populares como o movimento pelo transporte coletivo público ocorrido em 2013, aciona seus porta-vozes e constrói uma narrativa de enxugamento do estado para melhorar as contas públicas. Tais medidas iniciam pelo fechamento de escolas, levando a um contra movimento dos estudantes que ocupam com educação, arte, cultura e cidadania essas escolas, mas que são duramente repreendidos pelo estado.

O decorrer dos acontecimentos nos desvela que novamente somos colocados diante da discussão acerca da dualidade. Um conjunto de políticas começa a ser forjado, entre estas, a política fiscal, por meio da promulgação da Emenda Constitucional 95/2016 e a reforma do Ensino Médio, em 2017.

A EC 95 foi resultado das Propostas de Emendas Constitucionais 241 e 55 que tramitaram no senado e na câmara, respectivamente, durante o ano de 2016. Ano emblemático para compreendermos o Brasil de hoje. Com a implantação de um golpe midiático, mas antes de tudo empresarial e parlamentar, a então presidenta é impedida de continuar no poder e a presidência é assumida pelo seu vice.

Forjava-se um ambiente favorável à execução de uma política de cunho liberal delineada pelo capital e endossada pela classe política brasileira que direcionaria o país para, talvez, os piores anos de sua vida após a redemocratização em 1985. Esta política comprometeria o investimento em políticas sociais, como a educação, por pelo menos 20 anos.

Refletindo sobre o golpe, Frigotto, 2017 nos aponta suas bases:

É neste processo e neste tecido social, sob a ditadura do capital e do mercado, na particularidade da classe burguesa brasileira, colonizada e colonizadora, escravocrata, egoísta,

elitista, violenta e cínica, que se organizou, desenvolveu e consumou o golpe contra a soberania do voto popular e a institucionalidade democrática. (...) um parlamento construído pelo poder econômico, no qual se inclui hoje o mercado religioso que explora a boa-fé, especialmente dos setores mais pobres, estes mantidos na ignorância pela negação da escola básica e pelo monopólio das corporações da mídia empresarial martelando e moendo os cérebros na construção de “verdades” que interessam às forças autoras do golpe (FRIGOTTO, 2017 p. 30).

Quando pensamos em uma política educativa, integrada, inclusiva, articulada, conectada, acessível e quem tem como princípios o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, estamos pensando também em um modelo societário. Na construção de uma sociedade que reflita essas construções, que se paute a partir de relações sociais mais humanizadoras, democráticas, emancipadoras, reconhecedoras e garantidoras de direitos.

O golpe empresarial e parlamentar ocorrido no Brasil, e todas as reformas implantadas a partir dele, trabalhista, previdenciária, curricular, política de ajuste fiscal, entre outras, respondem às demandas de alinhamento ao capital, em particular aos órgãos financiadores internacionais. Nesse cenário, a educação é um dos campos mais afetados. Movimentos como a reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Todos pela Educação e a Escola sem Partido, são projetos colocados em evidência pelo Ministério da Educação após o golpe e que começam a direcionar a política educacional brasileira.

Dialogando com tal caracterização, Frigotto (2010), já nos alertava para o perigo de uma análise rasa ou generalizante sobre a política educacional, quando apontava ser um dos equívocos mais recorrentes nas análises da educação brasileira, “tratá-la em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto, situado em uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais com marcas históricas específicas” (FRIGOTTO, 2010 p. 25).

Essa política de alinhamento aos interesses do capital, apresentada como um ajuste fiscal necessário, mostra-se, efetivamente, como uma

política de “desfinanciamento” de áreas centrais para um país, dentre elas a educação. Pois, uma política educacional sem financiamento está fadada ao fracasso e a condenar gerações a uma formação limitada, quando houver a formação. Todo o processo é afetado, logística, salários, carreira, formação, currículo, espaços, pesquisa, acesso, permanência, são as pessoas, enquanto sujeitos do processo que sentem mais diretamente esses impactos.

### **LINGUAGEM E TRABALHO NA PERSPECTIVA DISCURSIVA DA LINGUAGEM**

Este campo de estudo, que se consolidou no Brasil a partir dos estudos discursivos da linguagem, nos ajuda a estabelecer conexões entre linguagem no trabalho, linguagem sobre o trabalho e linguagem do trabalho. Este acúmulo de reflexões empreendidas na área da análise do discurso, segundo Mescouto (2020, p. 14), tem consolidado um espaço aberto de possibilidades de investigação e ao mesmo tempo aproximado a linguística de outras áreas de conhecimento e permitido aprofundamento sobre a própria natureza da linguagem.

Essas conexões têm apresentado resultados e análises interessantes, principalmente quando adota-se a perspectiva enunciativo-discursiva defendida por Souza-e-Silva (2014), cuja base recorre ao conjunto de conceitos e reflexões que Dominique Maingueneau têm desenvolvido na Análise do Discurso, sobretudo a partir de conceitos como prática discursiva e interdiscurso, pois tomar como objeto de estudo a linguagem como discurso é analisar os discursos que interagem em um mesmo espaço discursivo, em uma conjuntura dada, ou estudar o sistema de coerções semânticas que os regem, ou até mesmo analisar as leis que regem os sujeitos e os grupos, o discurso e as instituições, o *fazer* e o *dizer* que o constituem.

Analisar o posicionamento discursivo do CONIF sobre os efeitos do processo de implementação da EC 95/2016 requer, primeiramente,

compreender o conjunto de textos selecionados como uma prática discursiva circunscrita à necessidade de dizer sobre algo em relação ao que se diz em uma determinada conjuntura.

Nesse espaço discursivo, os diversos sujeitos (inter)agem por meio do que se diz e como se diz. Os enunciados podem, portanto, revelar posicionamentos discursivos diversos: ou que se relacionam, ou que se complementam, ou que se contrapõem ou que se assimilam. Dessa forma, de acordo com os pressupostos teóricos de Maingueneau (2008a) sobre o discurso e os estudos desenvolvidos por Mescouto (2020) sobre o *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, os documentos publicados em *site* institucional com uma determinada recorrência e finalidade, como por exemplo o do CONIF, podem ser caracterizados como uma prática discursiva e nos revelar posicionamentos discursivos situados tanto nas formações discursivas que os engendram quanto nas bases que constituem os grupos, ou seja, os sujeitos organizados.

## APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E TEXTOS SELECIONADOS PARA A ANÁLISE

Os documentos tomados para a análise desta pesquisa, caracterizam-se como uma prática discursiva do CONIF, o qual, conforme a descrição em seu *site*, nomeia-se como uma entidade representativa que atua na discussão, proposição e promoção de políticas públicas

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de educação Profissional, científica e Tecnológica (Conif) é formado por 41 instituições - 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II - que são representados pelos dirigentes máximos da cada uma delas.

Trata-se de uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. O Conselho atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência. (CONIF, 2020. Disponível em: <https://portal.conif.org/>).

Além de divulgar notícias sobre suas atividades e da rede federal nas cinco regiões do país, o seu *site* apresenta um *link* de notas, as quais encontram-se organizadas em ordem cronológica decrescente e destacadas por seus temas e datas.

Buscando o posicionamento do Conif sobre este cenário de contenção de gastos na educação, observou-se uma recorrência de publicação de notas, principalmente a partir de 2016 quando iniciam as proposições para a EC 95/2016 por meio das PEC 241/2016 e PEC 55/2016.

Neste contexto, a Carta de Vitória fortalece um percurso discursivo das instituições federais sobre as consequências da nova regulamentação fiscal e orçamentária para as políticas sociais no Brasil, sobretudo para a educação e a saúde.

O conjunto de notas públicas e cartas publicadas a partir da Carta de Vitória até a última nota de 9 de junho do corrente ano constitui um acervo rico de documentos, os quais podem ser analisados por diversas áreas do conhecimento e várias perspectivas. Mais que um conjunto de documentos, a partir dos referenciais de Maingueneau (2008), estas cartas e notas representam uma das práticas discursivas de uma instituição que tem o papel de representação de várias instituições e sujeitos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Desse acervo, selecionamos 10 notas correspondentes ao período de 2016 a 2022, as quais descrevemos abaixo e podem ser encontradas por meio dos *links* indicados nas referências finais, no *site* atual do CONIF <https://portal.conif.org/> e no seu antigo portal <https://www2.conif.org.br>.

1. Nota pública de 27 de setembro de 2016, denominada Carta de Vitória, elaborada por reitores, pró-reitores e diretores gerais, durante a 40ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – REDITEC, realizada em Vitória-ES, no período de 23 a 27 de setembro de 2016. Esta carta manifesta-se contra cinco ações do governo federal: a edição da MP 746, a qual propõe reformulação do ensino médio brasileiro; a PEC 241 que fixa limites de investimentos; o PL 257 de cortes de direitos trabalhistas; o quadro

orçamentário e financeiro de 2016; a LOA 2017, a qual não garante a fixação da matriz atual acrescida da incidência do IPCA.

2. Nota pública de 23 de novembro de 2017, elaborada na 41ª REUNIÃO DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (REDITEC). Esta nota posiciona-se contra as informações publicadas pelo jornal O Estado de S.Paulo no dia 21/11/2017.
3. Nota pública de 17 de abril de 2018, posiciona-se contra a proposta de reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e defesa da consolidação das unidades já existentes.
4. Carta da 43ª reunião do Conif publicada em 01 de agosto de 2019, na qual os dirigentes manifestam-se contra o Future-se e defendem que enquanto estiver afetada pela política de contenção de gastos (EC 95) será impossível organizar ações futuras com qualidade.
5. Nota pública de 11 de agosto de 2020, posiciona-se frente aos atos de violência policial a estudantes que se manifestaram contra as intervenções do Governo Federal no IFRN.
6. Manifesto de 11 de setembro de 2020, assinado pelo CONIF e por 54 instituições e frentes parlamentares em defesa da educação pública no Brasil, posicionando-se contra o corte no orçamento das agências financiadoras de pesquisa e contra o autoritarismo nos processos de eleições nas Instituições Federais de Educação.
7. Nota pública de 08 de setembro de 2021 que se posiciona frente à proposta de reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
8. Nota pública de 24 de maio de 2022 referente à proposta da PEC 206/2019, que propõe mensalidades nas universidades públicas.
9. Nota pública de 28 de maio de 2022, que se posiciona frente ao bloqueio de 14,5% do orçamento da rede federal de ensino.
10. Nota pública de 9 de junho de 2022, que posiciona-se frente ao corte de R\$92 milhões da rede federal.

### **Análise do posicionamento discursivo do CONIF frente aos efeitos da EC 95/2016**

A análise empreendida sobre o posicionamento discursivo do CONIF tomou como referência o percurso discursivo das notas, os enunciados que revelam as ações discursivas que ajudam a compor os objetivos da nota, enunciados que revelam representação de sujeitos e grupos e enunciados

que remetem ao um possível posicionamento de aceitação, discordância, e negociação frente ao conjunto de políticas que potencializam os efeitos da EC 95/2016.

As notas públicas do CONIF seguem uma estrutura padrão concernente ao gênero nota pública (título, objetivo, contextualização, defesa de um posicionamento, considerações, data e assinatura), o texto inicia com o título negrito, no primeiro parágrafo o CONIF apresenta-se como sujeito enunciador e expõe o objetivo da nota, faz uma breve contextualização dos fatos e expõe motivos a fim de manifestar, reiterar, esclarecer, não pactuar, posicionar-se, revisar, entender, requerer, convocar entre outros que reforçam uma atitude contrária ao objeto da nota pública, e solicita reparação ou reconsideração, como é possível perceber no excerto da nota que se posiciona frente aos cortes e bloqueios orçamentários.

14

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) vem mais uma vez a público manifestar sua perplexidade quanto aos sucessivos retrocessos orçamentários que suas instituições vêm sofrendo ao longo dos últimos dias do mês de maio e início de junho (CONIF, 9 de junho de 2022).

Toda prática discursiva é constituída de ações, estas ações, por sua vez, ajudam a situar o discurso e a compreender as relações que tecem com outros discursos. As notas analisadas do CONIF apresentaram várias ações, entre as quais se destacam as de informação, reflexão, denúncia e mobilização. Estas ações aparecem ao longo do percurso discursivo do texto.

As ações de informação aparecem nas notas com intuito de esclarecer, justificar e tornar público os fatos, informar o leitor sobre algum fato ou movimentação da política brasileira ou ação da Rede Federal. Por meio das notas analisadas do CONIF, o leitor pode ficar sabendo sobre as diversas políticas que vêm impactando a Educação Profissional no Brasil, a exemplo da proposta do Future-se

Este Conselho também entende que nenhuma ação de futuro deve preceder o ato de sanar a grave situação financeiro-orçamentária vivenciada pela Rede, cujo funcionamento se encontra seriamente ameaçado pelos bloqueios então processados. O viés temporal é primordial, pois como podemos cogitar políticas públicas estruturantes de futuro se o nosso tempo presente está comprometido e é inseguro e incerto? Arrumemos, primeiro, nosso tempo presente, dissipemos as inseguranças e as incertezas; e, em paralelo, cuidemos do tempo futuro, com planejamento, organização e nossa ampla participação. (CONIF, 01 de agosto de 2019).

As ações de reflexão fazem o leitor observar melhor os fatos, verificar e confrontar posicionamentos, compreender a tomada de atitude do CONIF frente a uma medida que não corresponde aos princípios da EPT ou que afete drasticamente o desenvolvimento das políticas educacionais, como a proposta de reordenamento dos IFs

Apesar dessa pujança, a Rede encontra-se ainda em fase de expansão, com vários campi em implantação, um conjunto de instituições ainda sem sede própria para suas reitorias, e passando por sérias dificuldades nos últimos anos em decorrência da redução do seu orçamento, carecendo da consolidação das unidades em implantação, mediante complementação do quadro de pessoal, com a nomeação de novos professores e técnico-administrativos em educação, assim como a revisão do seu orçamento de custeio e de investimento, os quais têm sofrido cortes, no contrapasso do aumento na oferta de matrículas. Portanto, o reordenamento da Rede está conectado às necessidades estruturais para o seu fortalecimento, a saber... (CONIF, 08 de setembro de 2021).

As ações de denúncia possuem o objetivo de revelar os impactos sobre a instituição e sobre a vida dos diversos sujeitos que compõem a instituição, sobretudo de não pactuar com a forma impositiva que se tem construído as políticas sociais no Brasil. Especialmente no contexto de intervenção nos processos de escolha de reitores das IFEs, como destaca a proposta da nota com relação à MP 914/2019.

Ao lado da sociedade e em conjunto com entidades voltadas à educação, o Conif está intensificando as articulações no Congresso Nacional pela rejeição da MP no 914/2019 e pela

preservação integral da Lei no 11.892/2008. Convicto de que essa lei viabiliza a qualidade da educação, ciência e tecnologia da Rede Federal, permite o alcance de ações educacionais transformadoras e garante a autonomia das instituições, o Conselho se contrapõe, terminantemente, a qualquer tentativa de alterá-la.

Em defesa da democracia e da autonomia institucional, o Conif repudia a MP no 914/2019! (CONIF, 16 de janeiro de 2020).

As ações de mobilização aparecem, geralmente, nos dois últimos parágrafos das notas com objetivo de convocar estudantes, professores, técnicos, gestores de IFEs, o poder legislativo, principalmente, deputados e senadores, outras instituições, às vezes movimentos sociais e a população em geral para uma ampla mobilização, discussão e proposição. Esta ação evidencia que, embora a Rede federal de Educação Profissional se faça presente em todos os estados brasileiros, precisa de uma coletividade maior que a defende e que levante sua bandeira. Assim podemos constatar no fragmento do Manifesto de 11 de setembro de 2020, assinado pelo CONIF e por 54 instituições e frentes parlamentares em defesa da educação pública no Brasil, posicionando-se contra o corte no orçamento das agências financiadoras de pesquisa e contra o autoritarismo nos processos de eleições nas Instituições Federais de Educação:

Um país que não fomenta a pesquisa e o ensino universal, não investe em ciência e tecnologia e não valoriza os profissionais de educação, é um país que não pensa em seu futuro. Conclamamos a sociedade brasileira, as instituições, os entes federados e os poderes constitucionais para que firmem um pacto e tenham na educação, e no compromisso com a garantia de recursos justos para a área, um valor inegociável. Quem ganhará é o Brasil. (CONIF, 11 de setembro de 2020).

Pela descrição das notas, é possível observar que o CONIF manifesta-se não só frente aos efeitos diretos da EC 95/2016, mas diante de todas as medidas empreendidas pelo Governo Federal que impactam diretamente e indiretamente alguma dimensão da Educação Profissional. O CONIF posicionou-se mediante a ameaça da vida dos estudantes, o risco de

inviabilidade do trabalho, contra a privatização das UFs e a proposta de reordenamento dos Institutos Federais. Defendeu a autonomia dos IFs, a lei de criação dos institutos federais e a EPT como projeto de educação. Convocou estudantes, servidores, gestores, a sociedade civil organizada, movimentos sociais e parlamentares. Dirigiu-se na maioria das vezes ao Governo Federal, outras frente à mídia e ao Ministério da Educação.

O discurso do CONIF centra-se nas bases discursivas que fundam a EPT no Brasil, a democracia, a politecnicidade, o acesso universal para a classe trabalhadora e seus filhos, a diversidade de pensamento e de credo, a vida social e o trabalho como princípio educativo e mantenedor da vida.

Nessa teia discursiva, o discurso do CONIF interage e se fortalece junto a outros discursos e ações, como o de resistência dos Movimentos Sociais e organizações sindicais, pois demarca posição de classe, principalmente quando as condições de vida dos mais de um milhão de estudantes que compõem a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica são destaques na nota publicada em 28 de maio de 2022, no contexto de anúncio de bloqueio de 14,5% de seu orçamento pelo Governo Federal.

A maior preocupação do Conselho e dos dirigentes da Rede Federal sempre foi e sempre será com seus estudantes. Com mais de um milhão de estudantes, dos quais aproximadamente 70% estão em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até 1,5 salários mínimos; uma restrição orçamentária dessa magnitude afetará, principalmente, a qualidade do ensino ofertado para os estudantes da Rede Federal, aumentando ainda mais as desigualdades entre aqueles que têm condição de pagar uma mensalidade e aqueles que não têm. (CONIF, 28 de maio de 2022).

Do ponto de vista das relações entre normas e normalização, ambos os dois conceitos da ergologia, é possível perceber que tal atitude conjunta e não isolada tenta construir espaços de discussão das normas orçamentárias para as IFEs e construir um caminho de diálogo que repense as normas. A esse processo de mobilização, resistência e diálogo poderíamos

chamar de renormalização? O papel de representante do CONIF junto à Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia e ao Ministério da Educação seria suficiente para sustentar um movimento maior e mais profundo sobre o conjunto de regulamentações que afetam negativamente a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que as ações de informação, reflexão, denúncia e mobilização identificadas nas notas do CONIF evidenciam um valor documental e discursivo de uma instituição constituída de diversos sujeitos (grupos) que atuam na análise e proposição das políticas públicas na área da educação.

A defesa de direitos ora dos discentes, ora do corpo docente, ora dos reitores dos IFs, ora da própria rede como instituição, revela as vozes e clamores dos sujeitos frente a um conjunto de mudanças que afetam a vida e o trabalho desses sujeitos e o compromisso institucional dos IFs com a sociedade brasileira.

Entre as dez notas analisadas, não identificamos nenhuma com objetivo de demonstração de apoio, apreço ou felicitações por alguma medida governamental. Para além do posicionamento do CONIF, este dado é revelador quanto às ações governamentais voltadas para a educação profissional?

Entre as ações identificadas nas notas, as de mobilização são significativas, pois nela não está presente somente a voz dos dirigentes dos institutos federais, mas de outras instituições que também acreditam na educação e sensibilizam frente ao cenário de cortes no orçamento, já que este inviabilizaria o trabalho e a própria vida das pessoas que atuam na Educação. A convocação da sociedade brasileira para a defesa da educação é sustentada pela relação que esta tem com a mudança da qualidade de vida de milhões de brasileiros, principalmente no contexto da

pandemia de Covid-19.

Verifica-se por meio das notas, cartas e sobretudo o manifesto, que se tenta construir espaços de debate das normas orçamentárias para as IFs por meio de um caminho de diálogo que repense as políticas educacionais e as que afetam a educação, principalmente na perspectiva do fortalecimento do trabalho e da vida de estudantes, professores e técnicos. A esse processo de mobilização, resistência e diálogo poderíamos chamar de renormalização, como oportunidade de repensar coletivamente as relações de trabalho, o trabalho e os sujeitos do trabalho na educação.

Dialogando com a questão que nos conduziu até aqui, o posicionamento discursivo do CONIF sobre os efeitos da implementação da EC 95/2016 revela tanto indícios de possíveis movimentos de discussão da norma quanto de atitudes que conduzem para um processo de renormalização da política educacional na rede federal, principalmente na perspectiva de (re)pensar a vida e o trabalho na educação profissional;

Pelo aspecto da representatividade que o CONIF assume diante de diversos grupos e sujeitos, embora sua prática discursiva seja significativa para o processo de debate de normas, tem um fator limitador, sozinho seu discurso esvazia-se. Neste sentido, como afirma Schwartz, é necessário vermos o trabalho e os espaços de trabalho como impulsos e construção da vida, a fim de construir uma unidade de pensamentos e ações, principalmente para atender aos anseios dos diferentes sujeitos que encontram-se na base da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

## Referências

ANPAE, Associação Nacional de Política e Administração da Educação. **Nota da 41ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** (REDITEC) 2017. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/website/noticias/401-2017-11-27-21-23-42>. Acesso em: 03 de jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** - Institui a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

CASTRO NETA, A. A; CARDOSO, B. L. C; NUNES, C. P. **Reformas Educacionais num contexto pós-golpe de 2016**. Revista Educação em debate. Fortaleza, ano 40 n.77 set/dez 2018.

CONIF. **Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <https://portal.conif.org/>. Acesso em: 02 de mai. 2022.

20

CONIF. **Nota pede arquivamento da PEC 206**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/geral/conif-pede-arquivamento-da-pec-206-que-propoe-cobrancas-de-mensalidade-em-universidades-publicas>. Acesso em: 29 de mai. 2022.

CONIF. **Nota contra o bloqueio de 14,5% do orçamento**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/geral/nota-oficial-bloqueio-de-14-5-do-orcamento-inviabiliza-o-pleno-funcionamento-da-rede-federal>. Acesso em: 29 de mai. 2022.

CONIF. **Nota contra o corte no orçamento da rede federal**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/geral/governo-federal-corta-orcamento-da-rede-federal>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

CONIF. **Nota em repúdio à violência no IFRN**. Disponível em: <https://www2.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3719-nota-em-repudio-a-violencia-no-ifrn?Itemid=609>. Acesso em: 05 de mai. 2022.

CONIF. **Manifesto em defesa da educação como direito público**. Disponível em: <https://www2.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3791-manifesto-em-defesa-da-educacao-como-direito-publico?Itemid=609>. Acesso em: 05 de mai. 2022.

CONIF. **Nota pública do Conif sobre a proposta de reordenamento da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <https://www2.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/4382-nota-publica-do-conif-sobre-a-proposta-de-reordenamento-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica?Itemid=609>. Acesso em: 05 de mai. 2022.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 30.

FRIGOTTO, G. A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. In MOOL, J. e colaboradores - **Educação**

**Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo** – Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artimed, 2010.

FRIGOTTO, G. ; RAMOS, Marise; CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

IFAL, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas. 2016. **Carta de Vitória**. Disponível em: [https://www2.ifal.edu.br/campus/maceio/noticias/entenda-os-impactos-da-pec-241-na-rede-federal-de-educacao/26\\_9\\_carta\\_de\\_vitoria\\_40\\_reditec.pd](https://www2.ifal.edu.br/campus/maceio/noticias/entenda-os-impactos-da-pec-241-na-rede-federal-de-educacao/26_9_carta_de_vitoria_40_reditec.pd). Acesso em: 03 de jun. 2022.

IFB. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia. **Nota oficial sobre o future-se**. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/21570-conif-divulga-nota-oficial-sobre-o-programa-future-se>. Acesso em: 03 de jun. 2022.

IFRO. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima. **Carta contra o reordenamento dos ifs**. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/4981-nota-publica-mp-805-2017>. Acesso em: 03 de jun. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola. 2008a [Genèses du discours. Paris: Pierre Mardaga, 1984].

MARX, K. **O capital**. São Paulo, Abril Cultural, v. 1, Livro I, t. 1, 1983.

MESCOUTO, T.R. **Relações de trabalho e de gênero em práticas discursivas do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

PINHEIRO, G. C. B; CARDOSO, S. R. P. Organização do espaço pedagógico e educação Ambiental na EPT – Um olhar sobre o Campus Bragança do IFPA. **IGAPÓ Revista de ciência e tecnologia do IFAM**. Manaus, edição especial dezembro, 2021.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado à educação profissional**. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

SCHWARTZ, Yves. L'homme, le marché, la cité. In: **C'est quoi le travail**. Paris: Autrement. 1997. p.110-127.

SOUZA-E-SILVA, Cecília. A interface dos estudos discursivos e estudos ergológicos. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 282-289, 2014.